

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

ANÁLISE DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFB CAMPUS BRASÍLIA

Eric de Lima Vieira

*Instituto Federal de Brasília
Campus Brasília, Brasília, DF,
Brasil*
eric.vieira@estudante.ifb.edu.br

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

*Instituto Federal de Brasília,
Campus Brasília, Brasília, DF,
Brasil*
sylvana.santos@ifb.edu.br

Análisis de la inclusión de Personas con Discapacidad en los cursos de posgrado del IFB Campus Brasilia

Resumo: A inclusão de Pessoas com Deficiência na sociedade e a garantia de seus direitos são temas cada vez mais debatidos nas últimas décadas, inclusive em Instituições de Ensino Superior, como o Instituto Federal de Brasília (IFB). O objetivo deste estudo foi analisar a eficácia do direito à educação assegurado às Pessoas com Deficiência, discentes dos cursos de Especialização presenciais do IFB Campus Brasília, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência utilizado pelo Instituto Federal de Brasília. A sociedade começou a se preocupar com os direitos das Pessoas com Deficiência a partir dos anos 1960. No entanto, essa pauta se consolidou de vez no mundo ocidental na década de 1980. No Brasil, os direitos das Pessoas com Deficiência surgiram na Constituição Federal de 1988 e se fortaleceram de vez em 2015, com a sanção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O IFB também tem tomado medidas voltadas para a inclusão de Pessoas com Deficiência no ambiente acadêmico da instituição, sendo a mais notória delas a criação de um núcleo voltado para o atendimento desse público. Para realizar a coleta de dados, foi aplicado um questionário com perguntas relacionadas à metodologia de inclusão de estudantes com deficiência no ambiente acadêmico da instituição, que foi respondido por 12 discentes com deficiência e analisado por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. Após a análise dos dados, foi obtida a partir da métrica criada pelo autor da pesquisa a pontuação média de 3,25 pontos, o que significa que a eficácia do direito à educação assegurado às pessoas com deficiência discentes dos cursos de Especialização presenciais do IFB Campus Brasília utilizada pelo Instituto Federal de Brasília é mediana.

Palavras-chave: educação inclusiva; ensino superior; Instituto Federal de Brasília; pessoas com deficiência.

Resumen: La inclusión de las Personas con Discapacidad en la sociedad y la garantía de sus derechos son temas que han sido cada vez más debatidos en las últimas décadas, incluso en Instituciones de Educación Superior, como el Instituto Federal de Brasília. El objetivo de este estudio es analizar la efectividad del derecho a la educación garantizado a las Personas con Discapacidad, estudiantes de los cursos presenciales de Especialización del IFB Campus Brasília, por el Estatuto de las Personas con Discapacidad utilizado por el Instituto Federal de Brasília (IFB). La sociedad comenzó a preocuparse por los derechos de las Personas con Discapacidad en la década de 1960. Sin embargo, esta cuestión se consolidó definitivamente en el mundo occidental en la década de 1980. En Brasil, los derechos de las Personas con Discapacidad surgieron en la Constitución Federal de 1988 y se fortalecieron en 2015, con la sanción de la Ley Brasileña para la Inclusión de Personas con Discapacidad. El IFB también ha tomado medidas encaminadas a la inclusión de Personas con Discapacidad en el ambiente académico de la institución, la más destacada de las cuales es la creación de un centro destinado a atender a este público. Para la recolección de datos se aplicó un cuestionario con preguntas relacionadas con la metodología de inclusión de estudiantes con discapacidad en el ambiente académico de la institución, el cual fue respondido por 12 estudiantes con discapacidad y analizado mediante estadística descriptiva y análisis de contenido. Después del análisis de los datos, se obtuvo una puntuación promedio de 3,25 puntos en la métrica creada por el autor de la investigación, lo que significa que la efectividad del derecho a la educación garantizado a las personas con discapacidad que son

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

estudiantes de los cursos presenciales de Especialización del Campus IFB Brasília utilizado por el Instituto Federal de Brasília es promedio.

Palabras Clave: *educación incluyente; enseñanza superior; Instituto Federal de Brasília; personas con discapacidad.*

1. Introdução

A preocupação da sociedade com os direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) surgiu na década de 1960 (Saldanha et al., 2021). No entanto, essa pauta se consolidou definitivamente no mundo ocidental a partir da década de 1980 graças a diversos movimentos sociais e ações políticas em defesa dos direitos dessa população que ocorreram nessa época (Mazzotta; D'Antino, 2011). No Brasil, os direitos da população PcD se fortaleceram a partir da sanção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD, que assegura a esse público-alvo diversos direitos sociais como: vida, saúde, educação, trabalho e entre outros (Martins et al., 2018; Menezes; Pimentel; Lins, 2021).

Este estudo tem como foco o direito à educação assegurado às Pessoas com Deficiência. Dentre os esforços medidos para garantir esse direito a essa população no Brasil, é possível destacar a adoção, em meados dos anos 1990, da metodologia de ensino intitulada como Educação Inclusiva (Camargo, 2017; Melo; Martins, 2007). Já nas Instituições de Ensino Superior (IES), esse direito passou a ser mais destacado quando foi sancionada a Lei nº 13.409 de 2016, que altera a Lei nº 12.711 de 2012 (popularmente conhecida como Lei de Cotas), garantindo cotas para PcD nas universidades federais brasileiras (Borges, 2021).

Dentre estas IES, podemos destacar o Instituto Federal de Brasília (IFB) que, antes da sanção da Lei Nº 13.409 de 2016, já tomava medidas voltadas para esse público-alvo, sendo a instauração do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), que tem como função promover a inclusão social das pessoas com necessidades específicas no processo educacional da instituição, a mais notória delas (IFB, 2023). O IFB está localizado no Distrito Federal, região Centro-oeste do Brasil, possui 10 campi sendo o Campus Brasília o maior em termos de espaço físico, estudantes e servidores.

Com base nesse debate sobre a inclusão de PcD na sociedade, sobre a garantia de seus direitos e sobre o seu crescente ingresso em Instituições de Ensino Superior, surge o seguinte questionamento: o direito à educação assegurado às PcD, discentes dos cursos de Especialização do IFB Campus Brasília, principalmente, pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é aplicado de maneira satisfatória pelo Instituto Federal de Brasília na percepção desses estudantes?

Este trabalho acadêmico teve como objetivo geral analisar a eficácia do direito à educação assegurado às Pessoas com Deficiência, discentes dos cursos de Especialização presenciais do IFB Campus Brasília, pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de

julho de 2015, utilizado pelo Instituto Federal de Brasília na percepção desses estudantes.

Os objetivos específicos foram:

- A. Analisar o nível de inclusão social das pessoas com deficiência no sistema educacional do IFB Campus Brasília;
- B. Identificar os pontos positivos e negativos da metodologia de aplicação das formas de acessibilidade comunicacional para PcD utilizadas pelo IFB Campus Brasília;
- C. Examinar a qualidade do atendimento dado às PcD nas dependências do IFB Campus Brasília através da identificação de seus pontos fortes e fracos;
- D. Fazer um levantamento da participação dos estudantes com deficiência dos cursos de pós-graduação presenciais do IFB Campus Brasília (e de suas famílias) nas diversas instâncias de atuação das comunidades acadêmicas.

2. Metodologia

A presente pesquisa é de natureza aplicada e possui uma abordagem qualitativa-quantitativa (ou quali-quantitativa). Em relação aos objetivos, o presente estudo é de caráter descritivo e em relação aos procedimentos de pesquisa, ele é bibliográfico e de levantamento. O presente levantamento possui dados majoritariamente primários, sendo utilizados alguns secundários para exemplificar os dados obtidos através da coleta de dados, e possui uma análise estatística descritiva.

A população desta pesquisa é composta pelos estudantes do IFB Campus Brasília, enquanto a amostra é composta por doze discentes dos cursos de pós-graduação (tanto de turmas atuais quanto de turmas antigas) que apresentam algum tipo de deficiência, seja ela física, sensorial, intelectual ou múltipla. A amostra é não-probabilística, composta de participantes voluntários, de modo que os discentes participantes do presente estudo não se sentissem coagidos ao integrá-la.

Para a realização desta pesquisa, foi aplicado um questionário para mensurar o nível da qualidade da aplicabilidade do direito à educação assegurado às Pessoas com Deficiência estudantes dos cursos de pós-graduação presenciais do IFB Campus Brasília na visão dos próprios discentes PcD que estudam nestes cursos do Campus. Este instrumento de pesquisa foi dividido em seis seções, contendo questões de múltipla escolha, de caixa de seleção, de escala linear (*Likert*) e de resposta aberta.

3. Análise dos Resultados

Após a realização da coleta de dados, finalizada no início de maio, foram obtidas 15 respostas de discentes dos cursos de pós-graduação do IFB Campus Brasília. No entanto, dessas respostas, três delas não foram consideradas para fins desta pesquisa pelo fato destes discentes não atenderem todos os critérios para fazer parte da amostra deste estudo. Portanto, 12 discentes PcD dos cursos de pós-graduação do Campus

Brasília participaram deste estudo, sendo 6 pessoas do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Participaram estudantes de diversas faixas etárias, sendo a maioria delas com mais de 30 anos de idade, e de três estados civis diferentes, sendo a maioria solteiras e casadas. Dentre os discentes PcD integrantes da amostra, a maioria apresenta algum tipo de deficiência sensorial (visual ou auditiva), como indica o gráfico da figura 1.

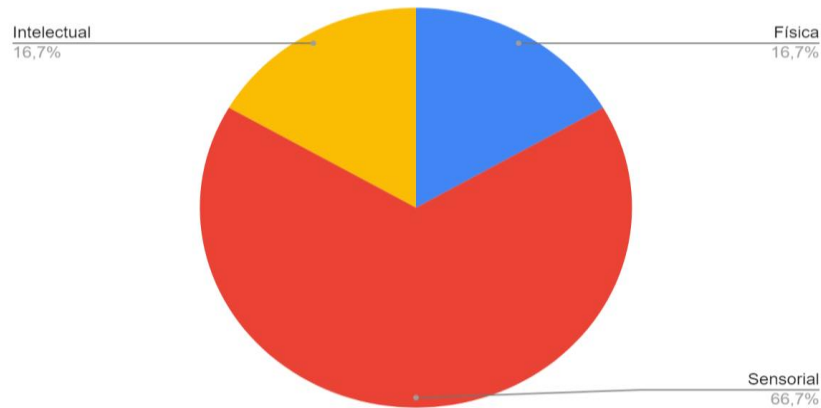


Figura 1 – Tipos de deficiência apresentadas pelos participantes da pesquisa.

Os tópicos a seguir relacionam a análise dos dados a cada um dos objetivos específicos indicados.

3.1. Análise do nível de inclusão social das pessoas com deficiência no sistema educacional do IFB Campus Brasília

De acordo com a coleta de dados realizada, a percepção dos discentes PcD participantes do presente estudo sobre o seu nível de inclusão social no ambiente acadêmico do IFB Campus Brasília variou de acordo com cada estudante, conforme é possível observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Visão dos estudantes PcD participantes da pesquisa sobre o seu nível de inclusão social no ambiente acadêmico do Campus Brasília.

Nº do participante	Pontuação total	Pontuação convertida
1	35	70
2	35	70
3	29	58
4	28	56
5	27	54
6	32	64
7	20	40

8	26	52
9	26	52
10	49	98
11	28	56
12	37	74

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Com base na escala de pontuação adotada para este tópico da pesquisa e na tabela 1, podemos observar que a pontuação média das respostas dadas pelos discentes PcD dos cursos presenciais de pós-graduação do Campus Brasília participantes deste estudo foi de 62 pontos, o que significa que eles observam que o nível de inclusão social da população PcD no ambiente acadêmico do Campus Brasília, no geral, é mediano¹.

3.2. Análise do nível de inclusão social das pessoas com deficiência no sistema educacional do IFB Campus Brasília

Em relação à metodologia de aplicação das formas acessibilidade comunicacional para Pessoas com Deficiência utilizadas para a inclusão social dessa população no IFB Campus Brasília, a coleta de dados do presente estudo identificou que a maioria dos seus participantes acha que a utilização das dessas ferramentas, por parte da instituição, apresenta uma quantidade de pontos positivos igual (ou superior) à de pontos negativos, como mostra a tabela 2. Com base na média ponderada das pontuações convertidas da tabela a seguir, é possível perceber que a visão dos discentes PcD dos cursos de pós-graduação do Campus Brasília sobre a aplicação das formas de acessibilidade comunicacional no Campus, em geral, é otimista.

Tabela 2 – Balanço entre os pontos positivos e negativos da metodologia de aplicação das formas de acessibilidade comunicacional para PcD utilizadas pelo IFB Campus Brasília apontados pelos participantes da pesquisa.

Nº do participante	Pontuação total	Pontuação convertida	Peso	Pontuação convertida ponderada
1	57,14%	4	1	4
2	75,00%	5	1	5
3	50,00%	3	2	6
4	50,00%	3	2	6
5	50,00%	3	2	6
6	-60,00%	2	2	4
7	50,00%	3	2	6
8	-60,00%	2	2	4

¹ Para fins deste estudo, neste tópico, isto equivale ao nível 3 em uma escala de 1 a 5.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

9	50,00%	3	1	3
10	80,00%	5	2	10
11	66,67%	4	1	4
12	100%	5	2	10

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Ainda em relação à metodologia de aplicação das formas acessibilidade comunicacional para Pessoas com Deficiência utilizadas para a inclusão social dessa população no IFB Campus Brasília, a coleta de dados também apontou que o balanço entre os pontos negativos e positivos mais mencionados pelos participantes da presente pesquisa é muito positivo, pois os pontos positivos mais mencionados (73,9% das menções) pela amostra da pesquisa se sobressaem muito sobre os pontos negativos mais mencionados (26,1% das menções).

Com base na pontuação da visão dos estudantes sobre a acessibilidade comunicacional do Campus Brasília (4) e no balanço entre as respostas positivas e negativas mais citadas por eles (5), foi obtida a média aritmética de 4,5 pontos, o que significa que os participantes da presente pesquisa enxergam a metodologia de aplicação dos meios de acessibilidade comunicacional utilizada pela instituição como excelente.

3.3. Exame da qualidade do atendimento dado às PcD nas dependências do IFB Campus Brasília

Em relação à qualidade do atendimento dado às PcD nas dependências do IFB Campus Brasília, a análise de dados do presente estudo identificou que houve uma pluralidade no balanço entre as respostas positivas e negativas dadas por cada um dos estudantes, pois uma pequena maioria (pouco mais da metade) dos participantes deste estudo acham que o atendimento dado às PcD nas dependências do Campus Brasília apresenta uma quantidade de pontos positivos igual (ou superior) à de pontos negativos, como mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Balanço entre os pontos positivos e negativos do atendimento dado às PcD nas dependências do IFB Campus Brasília apontados pelos participantes da pesquisa

Nº do participante	Pontuação total	Pontuação convertida
1	66,67%	4
2	-66,67%	2
3	-83,33%	1
4	55,56%	4
5	-83,33%	1
6	-60,00%	2
7	-100%	1

8	50,00%	3
9	50,00%	3
10	90,00%	5
11	87,50%	5
12	57,14%	4

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Com base na moda, ou seja, no valor mais frequente entre as pontuações convertidas da tabela acima, é possível perceber que a visão dos discentes PcD dos cursos de pós-graduação do Campus Brasília sobre o atendimento destinado a eles nas dependências da instituição, em geral, é otimista.

Ainda em relação à qualidade do atendimento dado às PcD nas dependências do IFB Campus Brasília, a coleta de dados também apontou que o balanço entre os pontos negativos e positivos mais mencionados pelos participantes da presente pesquisa é neutro, pois os pontos positivos mais mencionados pela amostra da pesquisa se igualam aos pontos negativos mais mencionados.

Com base na pontuação da visão dos estudantes sobre o atendimento destinado às PcD nas dependências do Campus Brasília (4) e no balanço entre as respostas positivas e negativas mais citadas por eles (3) foi obtida a média aritmética de 3,5 pontos, o que significa que os participantes da presente pesquisa enxergam o atendimento destinado à esta população nas dependências da instituição como ótimo.

3.4. Participação dos estudantes com deficiência dos cursos de pós-graduação presenciais do IFB Campus Brasília (e de suas famílias) nas diversas instâncias de atuação das comunidades acadêmicas do IFB Campus Brasília

Em relação à participação dos discentes PcD dos cursos de pós-graduação presenciais do IFB Campus Brasília (e de suas famílias) nas diversas instâncias de atuação das comunidades acadêmicas do IFB Campus Brasília, quase todos os participantes desse estudo, ou seja, 11 dos 12 discentes que responderam o questionário, não atuou (e não teve nenhum familiar atuando) no corpo docente da instituição. Com isso, é possível concluir que o nível de participação de discentes com deficiência (e de seus parentes) na comunidade acadêmica do Campus Brasília é muito insatisfatório.

3.5. Análise da eficácia do direito à educação assegurado às PcD estudantes dos cursos de pós-graduação presenciais do IFB Campus Brasília

Após a análise de cada um dos tópicos utilizados para o cumprimento do objetivo do presente estudo, é possível observar, com base nas pontuações de cada um deles, que o ponto forte da eficácia do direito à educação assegurado aos discentes PcD do IFB Campus Brasília apontado pelos participantes da pesquisa é a metodologia de aplicação

das formas de acessibilidade comunicacional, voltadas para esta população utilizada pela instituição, enquanto o seu ponto fraco é o baixo nível de participação de discentes com deficiência (e de seus parentes) na comunidade acadêmica do Campus Brasília, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Pontuação final de cada tópico do presente estudo

Tópico	Pontuação do tópico
Nível de inclusão social das pessoas com deficiência no Campus Brasília	3
Metodologia de aplicação das formas de acessibilidade comunicacional para PcD utilizada pelo Campus Brasília	5
Qualidade do atendimento dado às PcD nas dependências do Campus Brasília	4
Participação dos estudantes com deficiência (e de suas famílias) na comunidade acadêmica do Campus Brasília	1

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Considerando as pontuações de cada tópico da presente pesquisa, foi obtida a média aritmética de 3,25 pontos. Com base neste valor é possível observar que a eficácia do direito à educação assegurado aos estudantes PcD dos cursos de pós-graduação presenciais do Campus Brasília pode ser classificada como mediana, pois ela possui alguns pontos muito positivos, muitos pontos aceitáveis (mas que ainda possuem espaço para melhorias) e alguns pontos muito negativos.

4. Conclusão

O presente estudo possibilitou analisar a eficácia do direito à educação assegurado às Pessoas com Deficiência, discentes dos cursos de Especialização presenciais do IFB Campus Brasília, além de seus pontos fortes e fracos. Pode-se observar, com base na métrica de pontuação utilizada pelo autor da pesquisa, que a eficácia deste direito a esta população no ambiente da instituição é mediana, o que significa que é aceitável, porém ainda há pontos a serem melhorados.

Constatou-se que o ponto mais elogiado pelos participantes da pesquisa, nos esforços de inclusão social dessa população no Campus Brasília, foi a metodologia de aplicação das formas de acessibilidade comunicacional voltadas para este público utilizada pelo Campus, enquanto o mais criticado foi a pouca participação deste grupo na comunidade acadêmica da instituição. Isso pode indicar que o primeiro passo para o Campus Brasília aprimorar a eficácia do direito à educação assegurado à comunidade

acadêmica é fomentar a participação de estudantes PcD nos mais diversos setores do corpo docente da instituição.

Por fim, percebe-se a importância ressaltada nas respostas para que o IFB Campus Brasília incentive as coordenações de cursos a conversarem com mais frequência com os responsáveis por estes estudantes, priorize o atendimento de discentes PcD, esteja mais atento às necessidades desta população e promova mais campanhas de inclusão escolar, afim de melhorar o nível de inclusão social de Pessoas com Deficiência no ambiente acadêmico da instituição e o atendimento dado a essa população nas dependências do Campus.

5. Referências

BORGES, Flávio Adriano. **O direito de acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior**. Disponível em: <https://informasufscar.br/o-direito-de-acesso-e-permanencia-da-pessoa-com-deficiencia-no-ensino-superior/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Leis Ordinárias de 2015, <https://www.planalto.gov.br/>, Distrito Federal, 2015.

CAMARGO, Éder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, Jan./Mar., 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB. Educação Inclusiva. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/extensao2/diversidade/163-uncategorised/26110-educacao-inclusiva>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

MARTINS, Wagner de Britto; GAIAD, Thais Peixoto; PRAT, Bernat Vinolas; MORAIS, Rosane Luzia de Souza. Pessoas com Deficiências Motoras, Conhecimento e Usufruto dos seus Direitos Fundamentais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 3, p. 441-454, Jul./Set., 2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, Jun., 2011.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 111-130, Jan./Abr., 2007.

MENEZES, Joyceane Bezerra; PIMENTEL, Ana Beatriz Lima; LINS, Ana Paola de Castro e. A capacidade jurídica da pessoa com deficiência após a Convenção sobre os Direitos das

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

Pessoas com Deficiência: análise das soluções propostas no Brasil, em Portugal e no Peru. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 296-322, Jan./Mar., 2021.

SALDANHA, Jorge Henrique Santos; PEREIRA, Ana Paula Medeiros; SANTOS, Amanda Oliveira Costa dos; MIRANDA, Beatriz Santos; CARVALHO, Hercília Kayla Santos de; NASCIMENTO, Lilia Campos; AMARAL, Mariana Santos; MACEDO, Mariana Silva; CATRINI, Melissa; ALMEIDA, Milena Maria Cordeiro de. Pessoas com deficiência na pandemia da COVID-19: garantia de direitos fundamentais e equidade no cuidado. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, p. 01-21, 2021.

Eric de Lima Vieira

Especialista e Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília.

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Engenharia Mecânica (UFPE), bacharela em Engenharia Elétrica - Eletrônica (UPE) e tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFPE). Professora do eixo Informação e Comunicação no Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília.